

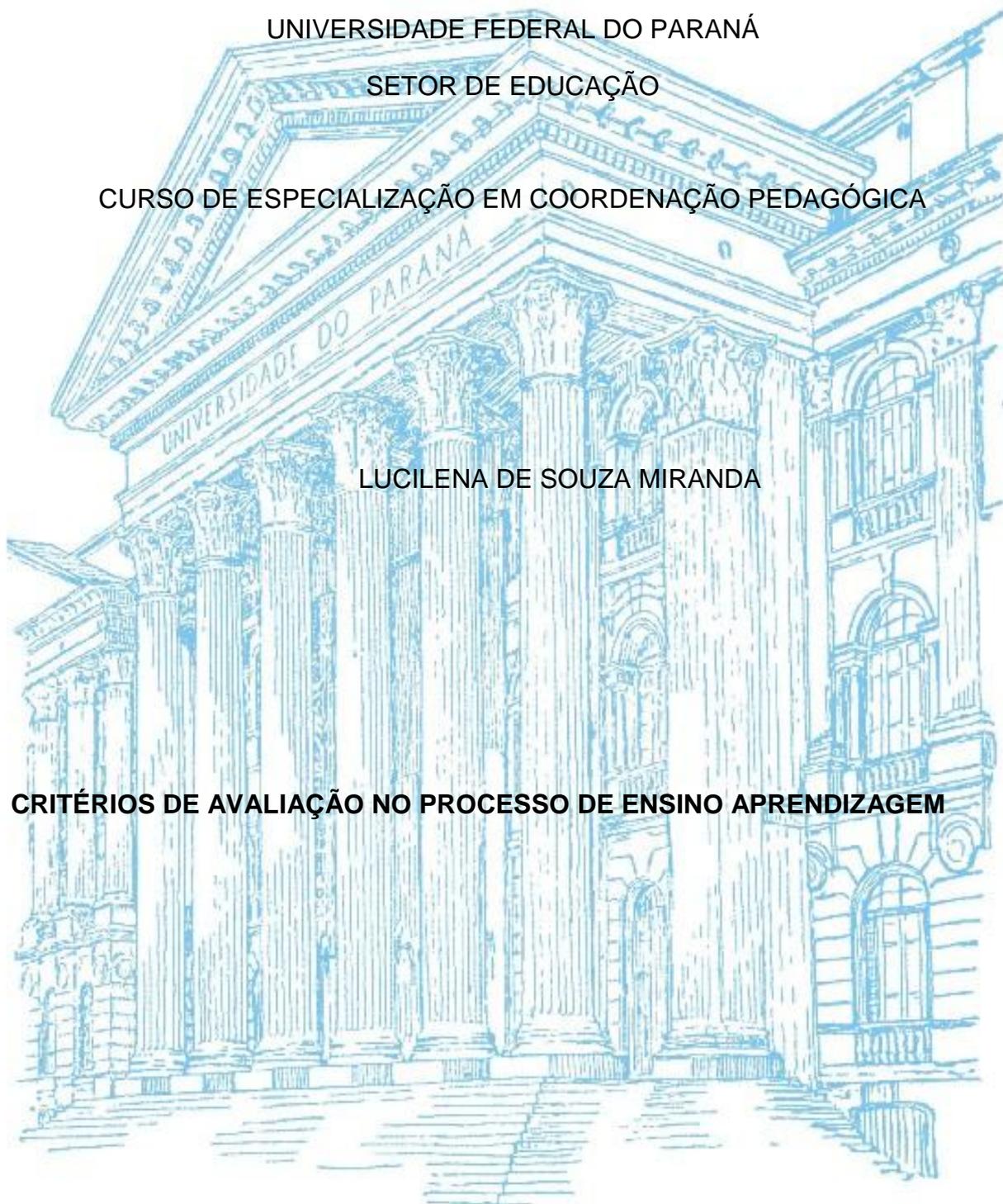
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE EDUCAÇÃO

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCILENA DE SOUZA MIRANDA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM



CURITIBA

2014

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

LUCILENA DE SOUZA MIRANDA

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

Trabalho apresentado como requisito à obtenção do grau de especialista no Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^aMe. Edna Amancio de Souza Ramos

CURITIBA

2014

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO APRENDIZAGEM

MIRANDA, Lucilena de S. ¹

RESUMO

Discutir avaliação da aprendizagem é de ampla relevância ao campo da educação, uma vez que esta se localiza no ambiente escolar com desígnio de permitir ao educando e ao educador conseguir um melhor resultado no processo ensino aprendizagem. Entretanto, a maior parte das escolas, bem como determinados professores, ainda não conseguiram internalizar o seu real significado. Este artigo demonstrará importância dos critérios de avaliação no processo ensino aprendizagem e a escassez de se determinar, antecipadamente, os critérios avaliativos. O presente texto está dividido em três partes, sendo que a primeira apresenta a pesquisa bibliográfica sobre avaliação no processo ensino aprendizagem a fim de compreender os critérios de avaliação empregados pelos professores, bem como as finalidades específicas que incidem em conceituar avaliação da aprendizagem e os critérios de avaliação; ajuizar sobre a importância da avaliação, na perspectiva da ação da coordenação pedagógica. A pesquisa foi realizada em uma escola estadual da cidade de Apucarana- Paraná. E, por fim, vemos que os critérios de avaliação são declaradamente importantes para o desempenho escolar dos alunos. Apesar da diversidade dos critérios de avaliação pelos quais os alunos, habitualmente, passam ao longo da sua formação escolar, não são, geralmente, analisadas as diferenças nos resultados escolares que se podem, eventualmente, atribuir às diferenças nos critérios de avaliação, de forma a apurar quais as qualidades e deficiências de cada um daqueles critérios.

Palavras-chave: Avaliação; Critérios de avaliação; Aprendizagem.

¹ Artigo produzido pela aluna Lucilena de Souza Miranda do Curso de Especialização em Coordenação Pedagógica, na modalidade EaD, pela Universidade Federal do Paraná, sob orientação da professora Edna Amancio de Souza Ramos. E-mail: souzamilanluci@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O presente artigo foi realizado a partir de pesquisas realizadas em uma escola estadual da cidade de Apucarana- Paraná. Nesta instituição, ressalta-se que no tocante à avaliação da aprendizagem, a escola oferece um discurso que não vem se concretizando na prática. O regimento escolar ainda origina métodos quantitativos e não qualitativos da aferição do conhecimento e caminha a passos lentos ao encontro do artigo 24 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9394/96, a qual institui que

Art. 24 - A avaliação será contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos derivados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A lei, portanto, coloca claramente princípios de avaliação contínua e formativa. Nessa definição, a criança que se depara em processo de assimilação do conhecimento não necessita ter as suas conjecturas ignoradas e medidas através de critérios quantitativos nos quais a imputação de notas torna-se mais importante do que o próprio conhecimento do aluno.

Este foi um assunto que intrigou e serviu de ponto de partida para a escolha do tema: Critérios de avaliação no processo de ensino aprendizagem escolar. O artigo tem como objetivo maior, compreender os critérios de avaliação empregados pelos professores, bem como as finalidades específicas que incidem em conceituar avaliação da aprendizagem e os critérios de avaliação; ajuizar sobre a importância da avaliação, na perspectiva da ação da coordenação pedagógica.

Dessa forma, buscou-se nessa pesquisa, pensar como esses alunos foram avaliados e quais os critérios de avaliação que os educadores aceitaram e desenvolveram ao processo de ensino aprendizagem para a formação do sujeito.

Trata-se de um estudo de cunho exploratório descritivo bibliográfico qualitativo, através de entrevista semiestruturada, que visa analisar os critérios de avaliação no processo de ensino aprendizagem. A entrevista em si auxilia de maneira a descrever *in loco* as percepções sobre a temática trabalhada e o relato real, impessoal sobre a questão. A análise da literatura, ou revisão bibliográfica sobre o tema, irá se constituir da metodologia utilizada neste trabalho, já que se trata do início de uma investigação que, certamente, não se encerrará neste trabalho.

O texto apresenta conceitos importantes como o de avaliação, por meio de uma breve retrospectiva histórica, e critérios de avaliação, bem como se discute a importância da avaliação.

As considerações finais trazem a ideia de que a avaliação na escola possui um significado muito diferente da avaliação do nosso dia a dia. Na escola, ela ocorre num tempo programado, num espaço característico e artificial, sendo um momento estanque dissociado do processo de ensino aprendizagem e orienta-se no sentido de penalizar quem não atingiu o padrão estabelecido. Portanto, torna-se fundamental a constituição de um conceito de avaliação escolar que atenda às necessidades de escolarização das camadas populares.

A avaliação constitui um elemento central na organização da prática pedagógica, à medida que favorece o processo de construção do conhecimento. Por meio dos mecanismos de avaliação, pode-se constatar compreender e intervir nos processos de construção do conhecimento. Processual, reflexiva e cumulativa, a avaliação concorre, entre outros aspectos, para a definição do tempo e das formas de promoção do estudante.

2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO ENSINO E APRENDIZAGEM

Ao dar início a esta pesquisa, a fim de adaptarem-se conceitos importantes para uma discussão sobre avaliação, no presente artigo, fez-se indispensável um recorte com autores lembrados nas diretrizes estaduais do Estado do Paraná (pois a escola estudada segue tal documento) sobre a avaliação, já que o tema é bastante estudado, por isso, foi fundamental balizar os conceitos a partir da concepção das Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná.

As Diretrizes Curriculares Estaduais – as DCE's – adotam a Pedagogia Histórico-crítica e têm em seus criadores de referência, estudiosos como Hoffman, Luckesi, Santos, entre outros. Nessa definição, o presente artigo proporciona o conceito de avaliação, segundo autores usados pelas DCE's.

Na LDBEN nº 9.394/96, muitos de seus itens foram reestruturados desde sua promulgação e solidificaram diversos progressos e adaptações na educação; no entanto, a lei anterior à LDB nº 5692/71 ainda parece resistir nas práticas avaliativas dentro das escolas, práticas tecnicistas e estanques do processo de avaliação.

Esta retrospectiva aponta considerar e reescrever um dos pontos mais debatidos desde a promulgação da Lei 9394/96: os temas relativos ao processo avaliativo nas escolas e o aprendizado do professor nesse assunto.

Segundo a LDB nº 9.394/96, o processo de avaliação deve ter como finalidade detectar dificuldades e servir como diagnóstico da realidade em função da qualidade a atingir.

Da LDB nº 9.394/96, deduziu também que a avaliação é um direito (e deve ser assegurado); e não somente alunos, mas cursos, instituições e professores precisam ser avaliados de acordo com a lei, e a avaliação pode determinar o grau de desenvolvimento e experiência discente; pode e deve aplicar o saber do aluno.

A avaliação, de acordo com a LDB nº 9.394/96, deve ser contínua e cumulativa, com prevalência do qualitativo sobre o quantitativo; deve ser retrocedida para a promoção, e não para a estagnação.

Conforme Vasconcellos (2006), no que se refere à avaliação da aprendizagem, entende-se que o que temos hoje não é tanto uma relação de ideias sobre a realidade, mas, sim, uma nova relação com as ideias e com a realidade. As ideias, quando assumidas por um coletivo organizado, tornam-se força material. A mudança de mentalidade se dá pela mudança de prática. Se o discurso determinasse, não teríamos mais problemas com a avaliação e os desdobramentos da recuperação paralela, pois os professores sabem e falam a todo o momento que avaliação é um processo contínuo que visa um diagnóstico, que o mais importante não é a nota e sim o conhecimento e por aí em diante.

A visão de avaliação subjacente ao texto da LDB nº 9.394/96 é bastante inovadora, comparada com a prática vigente na maioria das escolas. Para ser concretizada, é condição essencial o investimento no aperfeiçoamento profissional docente, porque muitos professores ainda continuam a separar a avaliação ao plano de ensino, portanto ao organizar os planos de ensino, não podemos esquecer que tanto o ensino quanto a avaliação têm seus momentos propícios, mas ambos fazem parte de um todo.

Na LDB nº 9.394/96, a avaliação é apontada como meio de verificar o rendimento escolar. De acordo com a lei, a escola deve comprovar a eficiência dos alunos nas atividades escolares, avaliar de forma contínua os êxitos por eles alcançados. A avaliação, segundo a LDB, tem a finalidade de ajudar (e não

coagir/reprimir) os alunos a superar as dificuldades, auxiliar no crescimento e na realização deste aluno.

Art.24. Parágrafo V. A verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos;

Entretanto, a grande maioria das escolas, segundo Freire(2003), permanece a buscar táticas avaliativas que são puramente uma máscara numa técnica ainda classificatória e excludente, uma vez que os códigos educacionais visitados pelo sistema de avaliação e cadastro distinguem para um baixo índice de aprendizado, a grande fuga escolar (principalmente no curso noturno), a forte reprovação que ainda permanece nas séries iniciais do Ensino Fundamental. Estes são assuntos que proporcionam a falta de compreensão sobre o que está sendo realizado nas escolas.

Retomando as questões alusivas à legislação, concordamos que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação mudou pouco os artigos catalogados ao processo avaliativo, especialmente em relação “aos aspectos qualitativos sobre os quantitativos”, segundo expõe o artigo 24. V, já indicado na legislação. E ainda a conclusão de estudos com êxitos, mediante avaliações realizadas durante o ano letivo e com alcance do mínimo de conhecimento estabelecido pelo regimento escolar anterior, sem a divulgação atual após a LDB.

Hoffmann examina a respeito dessa questão quando escreve a pouca mudança em relação à lei atual:

Por certo, é a atual exigência que a lei impõe aos sistemas públicos e particulares de ensino de efetivarem um processo avaliativo contínuo e qualitativo, mediador, em escolas e universidades, diante dos índices assustadores de evasão e reprovação e denúncias de decisões arbitrárias e ilógicas na avaliação de estudantes em todos os níveis. (HOFFMANN.2001, p. 35)

Este é o fato da atual legislação sugerir essas mudanças, já questionadas pelos estudiosos desde a formalização da lei anterior, não leva superação de determinadas práticas errôneas vivenciadas durante anos nos estabelecimentos escolares, constituindo alunos e classes num processo classificatório.

Muitas questões acrescentam a necessidade de o profissional rever seu aprendizado; não apenas o profissional, mas toda a comunidade escolar deve se organizar para rever suas questões internas e dar início a reformular seus conceitos avaliativos e nomear uma avaliação verdadeiramente processual e contínua.

Avaliar está longe de medir conhecimentos, de classificar, de punir; é mediar o conhecimento, respeitar o tempo de cada um, analisar o erro como um degrau para o acerto. Avaliar é repensar nossa prática como profissionais de educação; não olhar apenas em direção ao aluno, mas entender que a avaliação é o reflexo de nosso aprendizado e juiz de nossas ações. (HOFFMANN, 2011)

2.1. O conhecimento e o processo avaliativo

Conforme Santos (2004), a avaliação tem sido metodicamente usada pelo estabelecimento escolar como registradora do conhecimento observável do aluno, citando uma prática seletiva, discriminatória e excludente. De tal modo, a avaliação restringe-se a aplicar prova, a dar uma nota, averiguar o resultado final de definida atividade feita pelo aluno.

A avaliação faz parte do processo de ensino/aprendizagem não para excluir o aluno, mas para conferir e analisar em que medida o conhecimento abrangido permite organizar, interpretar, compreender a realidade que o abraça, e também para beneficiar em que medida as escolhas que o professor faz estão adaptadas a este processo. Abranger isto constitui ir além da avaliação formal, que se apresenta muito mais a agradar as necessidades burocráticas do estabelecimento escolar. (SANTOS 2004).

Conforme Luckesi (2002), a avaliação da aprendizagem deve servir de baluarte para a qualificação daquilo que acontece com o educando, diante dos objetivos que o professor tem.

Há um grande problema em avaliar personalidade, compreensão, expressão de ponto de vista. As provas escritas são igualmente úteis se somados a outros processos como a observação contínua.

A avaliação auxilia e tornam mais claros os objetivos que se quer entender. No começo de uma unidade didática, o professor não está muito protegido de como abordar os objetivos no transcorrer do processo de comunicação e assimilação. À

medida que vai transportando o trabalho, a reação dos alunos, os objetivos se vão clarificando, o que possibilita tomar novas decisões (GADOTTI, 1990. p. 201)

Um dos problemas que bloqueiam a questão da avaliação do resultado escolar é se pensar que a avaliação é um argumento especial no processo de aprendizagem, fazer com que o ensino se viabilize em função da própria avaliação. Assim como, na verdade, a avaliação no campo da educação é um ator ajudante, a avaliação é apenas o resultado de um processo normal de aprendizagem. (ANTUNES. 2002 p.8)

É ideal que a avaliação possa ser vista e experimentada como parte dos hábitos escolares praticando no dia a dia. A escola recomenda um volume de conhecimentos e comportamentos que o aluno necessita ter. Esses atributos são analisados em dias característicos e esses dados são depositados como julgamento preciso. Por isso, carecemos caminhar por avaliações mais abrangentes.

2.2 Tipos de avaliação

De um caráter ou de outro, notas ou conceitos, temos que apresentar resultados de cada aluno à secretaria. Comumente, a avaliação se adequa em duas categorias: avaliação somativa e avaliação educativa. (Antunes, 2002)

Segundo Antunes (2002), a avaliação somativa está catalogada àquilo que o aluno obteve e memorizou. É aquele momento onde ao lembrar quantas questões o aluno acertou e quantas ele errou, o professor confere uma nota, que está em combinação com o critério de pontuação.

A avaliação não é pontual, o aluno é avaliado em todas as oportunidades, como nós seremos avaliados durante toda a vida. O professor precisa dispor de múltiplos recursos para perceber aquele aluno como um todo, muitas vezes a maneira como ele pergunta é um indício muito mais claro do saber do aluno, do que a resposta que ele pode colocar no papel, qual o seu envolvimento nas aulas. (ANTUNES 2002, P. 14)

Os dois processos de avaliação têm como intuito levar o aluno a um processo de construção do conhecimento, todavia eles divergem no enfoque no qual avaliam a estruturação desse conhecimento. Isso não quer dizer que a segunda abordagem venha a trocar a primeira, pois as duas fazem-se importantes na

formação de seres autônomos capazes de reconstruir e resignificar os conhecimentos adquiridos.

Neste sentido, Antunes (2012) diz que a avaliação é um conjunto de atitudes que são analisadas como verdadeiras. É aqui que entra o diagnóstico para escrever o que o aluno consegue ou não consegue aprender. Assim como se fala de avaliação em grupo ou dupla, observamos que a maioria das pessoas tem um conceito formado a esse respeito. Conceito que um aluno pode ser beneficiado por outro. Mas, se a alternativa do grupo ou da dupla for feita pelo professor, é aceitável que cada aluno vá estar presente em expor o que aprendeu. Essa não deve, contudo, ser uma ferramenta única de avaliação, mas outra sugestão para avaliar. Disso se tratam os instrumentos, diferentes instrumentos permitem avaliar melhor o rendimento dos alunos. Mas, o que verdadeiramente importa, é que esses meios empregados auxiliem na aprendizagem do aluno.

O professor necessita ser um estimulador da aprendizagem de seus alunos. Assim como afirma Antunes, a subjetividade na avaliação não é passível de mensuração. Segundo o autor, “não apresento instrumentos tão acreditáveis que me deixe dizer que ele [o aluno] aprendeu coragem, que ele ampliou o otimismo, que teve interiorizado aqueles elementos de importância que se busca trabalhar”. (ANTUNES, 2012 p. 29)

Compreende-se que se necessita aparelhar para a vida, permanece clara a necessidade de educar cidadãos que consigam se expressar, saibam pensar sobre uma informação e desenvolver suas próprias hipóteses. É respeitável, pois, avaliar de que jeito os alunos interagem e se dispõem em sala de aula e apoiar momentos em que eles possam fazer uso da reflexão e preparação de suas próprias suposições.

Se a nota for conferida somente com embasamento na prova escrita, ela não permite apresentar o resultado real da aprendizagem, pois o torna limitado. Assim sendo, a prova escrita necessita ser coligada a outros instrumentos avaliativos para aquisição de resultados, levando em conta, também, que a escola, pais, professores e alunos necessitam de dados que tragam informações de como anda a aprendizagem do aluno.

Segundo o que diz Alvarez Mendes (2002, p. 14), “precisamos aprender sobre e com a avaliação. Ela age, então, a serviço da informação e da

aprendizagem, bem como das preocupações formativas aos quais basicamente deve servir”.

Descrever que o que interessa para a avaliação é coletar informações que beneficiam a categorização. Numa compreensão mais geral, abarcando com base a LDB 9394/96, a avaliação na escola precisa ser um processo contínuo, cumulativo e sistemático, ajudando na tomada de decisões. Suas implicações visam à reorganização do processo ensino – aprendizagem ficando analisada uma prática de comitiva do andamento do aluno em relação à aquisição de conhecimentos, procurando táticas pedagógicas que solicitem os sucessos escolares.

2.3 Avaliação segundo a escola pesquisada

O Projeto Político-Pedagógico de uma escola é um instrumento norteador da prática escolar mediante escolhas educativas coletivamente discutidas e sistematicamente direcionadas ao alcance de objetivos, metas e ações de uma determinada comunidade escolar. Consiste num instrumento que direciona caminhos flexíveis de ensino e aprendizagem; e que intenciona, dentre os seus múltiplos objetivos, a compreensão da avaliação dentro do contexto escolar. Nessa definição, as reflexões e probabilidades de avaliar o Projeto Político-Pedagógico de uma escola compreendem o exame das ações educativas essenciais ao currículo escolar. (VASCONCELOS, 1995 p. 143).

O Projeto Político-Pedagógico da escola estadual pesquisada foi organizado com a colaboração dos gestores escolares, coordenação pedagógica, conselho escolar, corpo docente e discente e contou com a participação dos pais e responsáveis; ambicionando desenvolver um trabalho educativo que atenda às necessidades da comunidade, em especial na busca por superar as dificuldades detectadas no âmbito escolar.

Em relação à avaliação, o documento institucional elenca que os processos avaliativos direcionados aos estudantes efetivam-se de formas variadas, permitindo a realização de escolhas por parte de cada professor, pois os conteúdos são trabalhados de maneira acessiva, facilitando a aprendizagem do aluno. Porém, o documento sugere, enquanto atividade de avaliação, a utilização da “ficha de acompanhamento individual para detectar as dificuldades de aprendizagem apresentadas pelos educandos”. Assim como o desenvolvimento de “atividades a

partir do interesse e da necessidade do educando, através de projetos, para facilitar o processo de ensino e aprendizagem.” (Projeto Político-Pedagógico, s/d,p. 2)

A instituição flexiona os objetivos, os conteúdos, os modos de ensinar e avaliar, contextualizando o currículo de forma a atender as reais necessidades dos alunos. Muito embora o seu PPP sinalize para a dificuldade de se adotar uma postura didática efetivamente construtivista, especialmente quando se refere à diretriz metodológica adotada pela escola que utiliza “o método que se aproxima mais da realidade do educando”, sendo um pouco tradicional e ao mesmo tempo tentando seguir determinados passos da teoria construtivista, essa articulação entre abordagens aparece justificada no documento na crença de que: “a passagem de uma didática centrada na transmissão do conhecimento para outra não se dá de um dia para o outro” (Projeto Político-Pedagógico, s/d, p. 5).

Entretanto, a escola utiliza a diversificação dos instrumentos avaliativos como forma de viabilizar uma maior variedade de informação sobre a prática pedagógica e os processos de aprendizagem, oferecendo possibilidades de reflexão, aos professores, acerca de como os conhecimentos estão sendo concebidos pelas crianças. O que se considera uma atividade favorável ao desenvolvimento da práxis docente de avaliação, pois segundo elucidam Fernandes e Freitas (2008, p. 27): ao falarem das tarefas que são planejadas com o propósito desubsidiar, com dados e análise do professor com referência ao momento de aprendizagem de seus estudantes.

Dessa forma, os professores da escola em que esta pesquisa se realizou, no sentido de utilização de instrumentos avaliativos variados, buscam desenvolver o processo de aprendizagem de seus alunos com base nos critérios da avaliação contínua, sendo a avaliação direcionada para a superação das dificuldades encontradas pelos discentes no decorrer do processo de avaliação. Todavia, em termos da verificação dos resultados de aprendizagem, a escola ainda faz uso de práticas consideradas tradicionais, como a aplicação de provas finais que visam à medição da aprendizagem em notas.

2.4 A avaliação no Regimento Escolar da escola pesquisada

O Regimento Escolar da escola pesquisada foi concebido desde o ano de 1977 e passou por várias reformulações e, agora, atualizado (2013), serve como

instrumento guia e organização do gerenciamento educacional, atuando como facilitador dos procedimentos normativos, técnicos e pedagógicos deste estabelecimento de ensino. As alterações constantes no Regimento Escolar surgem face às necessidades vividas no dia a dia escolar como a adequação à Legislação de Ensino; a implantação de novas modalidades de ensino; a inclusão de alunos com necessidades especiais em turmas regulares; a reformulação ou supressão de artigos que contrariavam o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº8.069/90); a avaliação institucional e outros motivos relevantes para assegurar a gestão democrática da escola e contribuir para a valorização da permanência e a efetivação da aprendizagem do aluno.

Na escola pesquisada, se reconhece a necessidade desta adequação, e está em processo de atualização do documento para o ano de 2014, acatando as sugestões da comunidade escolar que vivenciam essa realidade. É importante ressaltar que a construção do regimento, por si só, não traz mudanças aos rumos da educação numa escola. Contudo, se aliada ao compromisso dos profissionais e de cada segmento que compõe a escola, poderá colaborar para o êxito do trabalho escolar, porque estrutura, normatiza e regula as ações do coletivo escolar.

2.5 O papel do coordenador pedagógico no processo de avaliação

O coordenador pedagógico tem um papel muito importante nos processos que podem estar vinculados aos sonhos e à realidade da unidade escolar em que estão atuando: Coordenar a elaboração, a implementação e a avaliação interna dos resultados alcançados pelos alunos mediante avaliações externas. Enfim, uma série de atividades relacionadas ao cotidiano da escola para deixar o trabalho do professor mais eficiente.

Muitas vezes, é preciso realizar avaliações internas cujos diagnósticos o professor utiliza para saber o que o aluno domina e repensar e planejar de acordo com a realidade. Para entender a avaliação do trabalho docente, a mesma é feita a partir de diferentes observações dos alunos, gestores, pais e comunidade escolar, assim como o próprio professor.

As experiências que a autora deste texto tem como coordenadora pedagógica da escola em questão é de observar muito a relutância de alguns professores de aceitar outros profissionais como observadores de sua prática

pedagógica, temendo correr o risco de serem julgados e desvalorizados. Muitas vezes, a prática pedagógica do professor não corresponde à realidade da turma, então é necessária a intervenção do pedagogo no sentido de orientar mudanças.

Em se tratando dos alunos, nota-se que são arredios, desinteressados, sem autoestima, sem persistência, mas em contrapartida, muitos mudam de comportamento quando têm confiança no professor, isto é, quando o mesmo muda a sua prática pedagógica. Então, podemos afirmar que o coordenador pedagógico se vê como participante da avaliação do trabalho docente, desde que esteja sempre mediando e interagindo juntamente com o professor.

3. A AVALIAÇÃO NA REALIDADE DA ESCOLA

A presente pesquisa é um estudo de caso que se utiliza do ponto de vista metodológico de natureza qualitativa e foi realizada a partir de estudos bibliográficos e análise da realidade escolar a partir de questionários aplicados a professores de diversas áreas da Educação Básica de um Colégio Estadual no município de Apucarana. Essa escolha se justifica pela natureza da pesquisa, assim como afirma Luckesi, que devemos entender “campo, na pesquisa qualitativa, como o recorte espacial que diz respeito à abrangência, em termos empíricos, do recorte teórico correspondente ao objeto da investigação” (LUCKESI, 2006, p. 62). Assim, essa pesquisa procurou, na medida do possível, trazer a discussão sobre a avaliação e o papel do coordenador pedagógico em relação a alunos e professores, no que diz respeito à avaliação escolar. Foram entrevistados cinco docentes, sendo eles três professores e duas coordenadoras.

O trabalho reuniu informações a partir da observação participante, no sentido de propiciar a apreensão daquilo que é observado de forma mais plena. Essa fonte de informação foi adquirida através de questionários oferecidos para os 3 professores e as 2 coordenadoras do referido estabelecimento de ensino no âmbito da avaliação escolar, contribuindo assim, para a construção do conhecimento a respeito do objeto de estudo.

3.1 Análise dos dados

Os questionários entregues às coordenadoras e aos professores para que levassem para casa e respondessem de acordo com o conhecimento e as vivências que eles tinham na escola. Foram entregues 5 (cinco) questionários sendo 2 (duas) coordenadoras e 3 (três) professoras. As respostas trouxeram à tona conceitos importantes para uma discussão sobre a avaliação.

Questionadas sobre o que entendiam quanto a instrumentos de avaliação, a professora 1 respondeu:

Não existem instrumentos específicos de avaliação capazes de detectar a totalidade do desenvolvimento e aprendizagem dos alunos. É diante da limitação que cada instrumento de avaliação comporta que se faz necessário pensar em instrumentos diversos e mais adequados com suas finalidades, para que deem conta, juntos, da complexidade do processo de aprender. (Professora 1)

O modo de expressar da professora indica a ausência de um instrumento que sustente uma melhor forma de agir na avaliação. Isso permite visualizar os caminhos do conhecimento que trazem visões de mundo estabelecendo formas pedagógicas específicas. Neste contexto, os limites impostos requerem um novo entendimento quanto aos pressupostos, os princípios e fundamentos que organizam o plano de trabalho na escola. Assim, percebe-se que a falta do pleno domínio teórico faz com que o professor não identifique, na sua prática, as possibilidades que

Sobre o entendimento do que seriam critérios de avaliação, destacamos a resposta da professora 3:

Como um processo contínuo que deve ser muito importante e de várias formas, de modo que valorize a construção e a transformação do pensamento lógico e crítico. Deve ser feito de várias formas, partindo da problematização do conteúdo sem esquecer o âmbito social, passando por uma análise crítica, percebendo o desenvolvimento da criatividade e valores. (Professora 3)

A professora 3, ao se referir ao contexto da reflexão sobre a prática social e análise crítica do conteúdo, compromete-se, pedagogicamente, com a apropriação do conhecimento, superando o entendimento imediato das coisas.

Tendo em vista que nós, profissionais responsáveis pelo bom desempenho dos discentes, temos que priorizar ferramentas e métodos que ajudem, da melhor forma, o processo de ensino aprendizagem. Nesse período, a escola sentiu a necessidade de prosseguir trabalhando esses critérios avaliativos porque nos oferece condições de avaliar o aluno na íntegra.

Quando questionados do por que avaliar, duas professoras responderam:

Professora (P1 e P2) a avaliação é usada para promover o aluno, para ajudá-lo a crescer, a compreender o mundo e a atuar como sujeito de sua história. Nesse caso, a avaliação será utilizada como procedimento de preparação do aluno para a conquista de sua autonomia, visando à transformação do modelo de sociedade, para que cada pessoa se assuma como cidadão, consciente de seus direitos, de seus deveres e dos compromissos com a coletividade.

Nessa perspectiva, o objetivo das práticas avaliativas é promover a aprendizagem e o desenvolvimento do aluno. Os professores, certamente, não entrarão em classe para reprovar, mas para promover cada um dos alunos, e a escola, como um todo, deve oferecer as condições para que isso aconteça. A promoção deve estar vinculada a uma aprendizagem efetiva – o ideal é que todos os alunos aprendam - e deve ser a consequência de um trabalho pedagógico comprometido com a função social da escola. Isso significa trabalhar a favor do aluno, para que ele aprenda, torne-se competente, um cidadão feliz, bem sucedido.

Sobre os instrumentos de avaliação, os quais eram usados,

Avaliamos para identificar o nível de aprendizagens dos alunos, confirmando a apropriação quanto aos conteúdos assimilados (P1).
Para atingirmos os objetivos propostos, devemos retomar os conteúdos usando estratégias diferentes das que foram aplicadas anteriormente. (P2).

Parece que muitos professores apenas reproduzem em suas práticas em sala de aula o que viveram enquanto alunos, o que presenciaram em sua vida escolar, a premissa que muitas vezes é válida, é que “se consegui aprender assim, porque hoje o aluno não pode?”.

Uma concepção arcaica diante das tecnologias vivenciadas hoje é muito ainda usada por professores. Muita coisa mudou, mas o professor ainda insiste em permanecer igual, visto muitas vezes como o detentor do saber.

Quando questionados sobre quando apresentam os critérios de avaliação aos seus alunos, os professores responderam:

Através de um contrato pedagógico firmado no primeiro dia de aula, caso surja situação nova sempre e combinado e explicado como a atividade será desenvolvida e avaliada.(P1) e (p2)Quando se expõe os conteúdos e é explicado qual é o objetivo e o que se espera do aluno.(P3).

Muitos professores utilizam a avaliação sobre certos critérios, critérios estes formados sobre sua própria opinião naquilo que acham certo ou errado, sem considerar o que de fato se apresenta.

Numa prova objetiva, só existe um critério a ser considerado, ou está certo, ou está errado. Conta-se a pontuação e obtém-se a nota do aluno. Um aluno pode

tirar um 8 ou até mesmo 10 sem nem ter estudado, só chutando (é difícil, mas pode acontecer), ou da mesma forma, ter uma má sorte e tirar um 0 ou um 3. O aluno que estudou, sabe a matéria, entendeu criticamente os conteúdos, provavelmente, vai tirar 10 de qualquer forma, numa prova objetiva.

Sobre a coordenação pedagógica e seu papel na elaboração de seu plano, especialmente quanto à avaliação, os professores responderam:

Na medida do possível dando explicações e apontando os caminhos a seguir. (P1) Nas reuniões pedagógicas, eles são preestabelecidos e a gente enquanto professor escolheu aqueles que melhor condizem com o conteúdo que vai ser ensinado. (P2) Sempre fazemos as correções caso sejam necessárias e estamos abertos ao diálogo para as explicações em caso de dúvidas e quando lançamos notas e respectivas recuperações paralelas. (P3)

O conjunto de respostas revelou que não se percebe a construção do plano de aula junto com o coordenador pedagógico, mas sim, como um momento de “tirar dúvidas”, de ser “corrigido”. Interessante que é visto como algo (o plano) a ser entregue numa determinada data para ser visto, como algo burocrático e estanque.

As respostas dos professores são vagas em muitos sentidos, pois trazem um discurso distante da prática e há uma preocupação em responder algo que seja “aceitável”, sem comprometimento. A visão dialética descrita por Wachowicz, não se solidifica nas respostas dos entrevistados. “Considerar no processo de avaliação somente a intenção ou somente a realidade do que aparece na aprendizagem, é um procedimento unilateral, que não consegue cumprir uma lógica dialética”. (WACHOWICZ, 2000).

De acordo com Melchior (2002, p. 14), a avaliação do aluno se faz necessária, entretanto os professores precisam entender o significado da palavra “avaliação”, pois para ela os professores se preocupam em “atribuir uma nota ao desempenho de seu aluno, como se o aspecto mais importante da avaliação fosse a expressão dos resultados e não seu significado”.

Luckesi (2001) nos diz que a avaliação feita com os alunos permite ao sistema de ensino examinar os objetivos atingidos, conseqüentemente, nesta avaliação o aluno tem uma possibilidade de auto compreensão. O professor, atento ao andamento dos seus alunos, poderá, através da avaliação da aprendizagem, averiguar os desvios que seu trabalho está tendo e o quanto o mesmo está sendo eficiente. Por sua vez, o aluno, poderá descobrir em que nível de aprendizagem se

encontra, dentro de sua atividade escolar, conhecendo o seu alcance e suas necessidades de progresso. Com isso, os resultados obtidos por meio dos instrumentos de avaliação poderão auxiliar o aluno num processo de automotivação, na medida em que lhes fornece consciência dos níveis obtidos de aprendizagem.

3.2 Avaliação e a organização do trabalho pedagógico

A pesquisa realizada com os professores apontou que a falta de uma organização no trabalho pedagógico mais compacto, artificializa o processo de ensino e, por conseguinte, a avaliação reincide sobre a velha configuração de medir e classificar. Assim, a avaliação igualmente, deriva sobre aquela substância trabalhada, ao invés de considerar que, necessariamente, deveriam ser avaliados sobre a aprendizagem de tudo que elegemos em nossos planejamentos de ensino.

A forma estilhaçada com que os conteúdos da disciplina vêm constituindo na escola impõe uma tática de avaliação também partida e conduzida solitariamente pelos professores que, muitas vezes, previne aos alunos a visão da totalidade.

Nesse ponto de vista, Freitas diz que:

Alienado do processo de trabalho pedagógico, caracterizado, sujeito a avaliações partidas e longe do material bem-sucedido, o aluno é execrado a uma situação de ensino sem maior sentido para ele. As oposições do aluno abroham em sala de aula, nas mais alteradas formas, gerando conflitos que gerem o professor a fazer uso das práticas de avaliação, para conter-se o comportamento do aluno e afirmar o controle em classe. (FREITAS 2008, P.256)

Não há como refletir uma organização do trabalho pedagógico na escola, sem ao mesmo tempo pensar no papel que cabe ao Projeto Político Pedagógico, nem avaliar que a existência de um projeto na escola seja aceitável para as mudanças imprescindíveis em relação ao entendimento de avaliação.

Ao analisar os questionários que as coordenadoras responderam, observa-se que ao avaliar a aprendizagem dos alunos, esta não é uma ação isolada de outros aspectos do ambiente escolar, tampouco restrita ao uso de um conjunto de instrumentos, com provas e trabalhos escolares. Ao contrário, o que significa dizer que uma série de elementos deve ser considerada, como por exemplo, o projeto político pedagógico da escola, a perspectiva da melhoria do trabalho escolar e a possibilidade da democratização da Educação.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse trabalho, é possível perceber que muito ainda precisa ser discutido sobre os critérios da avaliação no contexto escolar, pois apesar de ser notável que os professores e coordenadores da escola analisada estão buscando utilizar os critérios segundo a LDB da educação, a pesquisa possibilitou a descoberta de que as formas diferentes de avaliação podem ser utilizadas juntas: a diagnóstica, a formativa e somativa; a diversificação dos instrumentos avaliativos é necessidade premente a fim de oportunizar ao professor, novos olhares para este aluno e, para o aluno, formas diferentes de expressar sua compreensão sobre determinado conteúdo. A nota, apesar de necessária, não precisa ter um fim em si mesma, ela não deve ser o foco.

Muitos autores abordam esse tema, e a partir deles o professor tem argumentos para defender sua prática pedagógica. Interessante foi conhecer o que dizem os documentos escolares e a importância de conhecê-los para que se possa, a partir dos mesmos, justificar seu trabalho e que os professores não conseguem definir avaliação e seus instrumentos, talvez por vê-los distintos do processo ensino-aprendizagem. Contudo, é preciso entender melhor como aferir nota ao aluno, fazendo uso de todos os instrumentos avaliativos, pensando que o foco é o aluno e não a nota, e como levar os responsáveis pelos alunos a entender esse fato.

Muito ainda se fala sobre avaliação, mas não há uma discussão real, não é ensinado como praticá-la. O professor também precisa estudar, mas não encontra subsídios nos temas que possuem dificuldade em entender, sempre se traz o novo, sobressaindo-se ao que já existe, abandonando práticas, ou apenas, mudando seus nomes. São muitas definições sobre os critérios utilizados na avaliação, no estudo, cada autor aborda a sua maneira, de acordo com seus estudos e conclusões.

Após o trabalho desenvolvido, seja por meio da literatura pesquisada, seja através de levantamento de dados, tornou-se evidente que a avaliação é um tema amplo e precisa sempre ser debatido, e entre todos os envolvidos com a escola: alunos, professores, equipe escolar, responsáveis e sistema de ensino.

5. REFERÊNCIAS

ÁLVAREZ Méndez, J. M. **Avaliar para conhecer, examinar para excluir.** trad. Magda Schwartzhaupt Chaves. Porto Alegre: Artmed Editora, 2002.

ANTUNES, Celso. **Como desenvolver competências em sala de aula.** Petrópolis: Editora Vozes, fascículo 8, 2002.

BRASIL. **Lei 9.394/96.** Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Brasília: 1996.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 31. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, L.C. de. **Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática.** Campinas, SP: Papyrus, 9 ed. 2008.

HOFFMANN, J. Avaliar para promover: as setas do caminho. Porto alegre: Mediação, 2001.

LDB – 2003 REVISTA DIGITAL - file:///C:/Users/Residencial/Downloads/ldb_5ed.pdf acesso dia 22/06/2014.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da Aprendizagem Escolar.** São Paulo: Cortez, 2002.

LUCKESI. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar:** estudos e proposições. 19. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Elizabete dos. **Fundamentos Gerais da Educação Básica. Avaliação: um exercício de autonomia.** C OLIVEIRA, C. B. de Mídia, Cultura Corporal Inclusão: Conteúdos da Educação Física Escolar. Leituras: Educação Física y Deportes, Buenos Aires, v.10. n. 77. MAIO/2014.

WACHOWICZ, Lilian Anna. **A dialética da avaliação da aprendizagem, na pedagogia diferenciada.** In: CASTANHO, Maria Eugênia e CASTANHO, Sérgio (org.) O que há de novo na Universidade: do projeto pedagógico à prática transformadora. Campinas (SP): Papyrus, 2000.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Avaliação: Concepção Dialética** – libertadora do processo de avaliação escolar. 16 ed. São Paulo: Libertad, 2006.

VASCONCELOS, C. S. **Planejamento: Plano de Ensino-Aprendizagem e Projeto Educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

GADOTTI, Moacir: **Uma só escola para todos: caminhos da autonomia escolar**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

MELCHIOR, Maria Celina. **A Importância da Avaliação**. Avaliação Pedagógica: Função e Necessidade. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 2002.

6. APÊNDICES

Questões das entrevistas:

- 1 O que você entende por instrumentos de avaliação?
- 2 O que você entende por critérios de avaliação?
- 3 Por que você avalia?
- 4 Que instrumentos utiliza para avaliar seus alunos?
- 5 Como apresenta os critérios de avaliação para seus alunos?
- 6 Como a coordenação pedagógica auxilia você na elaboração de seu plano, especificamente, quanto à avaliação?